

Luís A. de Oliveira Ramos *

Faculdade de Letras: da história de hoje para a História **

Por ocasião dos 80 anos da Fundação da Faculdade de Letras, impõe-se pensar na sua história e no seu futuro partindo da base sólida agora existente.

Durante anos e anos, a Faculdade viveu em edifícios na circunstância disponíveis, a maioria velhos. Depois usamos um novo, mas concebido para outros fins, no magnífico jardim e moradia Burmester, no Campo Alegre. Hoje dispomos de um monumento próprio, na zona escolar, com uma excelente biblioteca e características a exigirem reflexão por parte das autoridades académicas, quando das opções próximas ou referentes a instalações universitárias deste teor. E mais não digo, pois todos, nesta casa e fora dela, são capazes de urdir um rosário sobre o que aqui se passa.

Por outro lado, facto relevantíssimo, em cada ano cresce o número dos docentes doutorados, dos projectos em curso, das iniciativas internas e externas passíveis de boa concretização. Como não podia deixar de ser, nem tudo é ouro, nem tudo é crise, como alguém dizia em altura de decepção.

Problema central parece-me o seguinte: devemos pensar que, num tempo de interdisciplinaridade, esta Faculdade, como a própria Universidade, constituem um todo. A Faculdade com o perfil actual continua a ser uma estrutura útil desta região e não pode perder tempo com vaidades feudais ou, pior ainda, de campanário. Não há secções com direitos especiais, pois todas existem com um passado esforçado e respeitável, nem possuímos núcleos escolares de fulgor inigualável, felizmente. Acontece, sim, que há sectores do saber desenvolvidos, outros em afirmação e, talvez, sectores a sair do ninho. Só em função destas coordenadas é viável urdir, responsável e solidariamente, um quadro para a Faculdade.

Por outro lado, ainda não se conseguiu um sistema de produção de professores do ensino sem sobrecargas e um processo de preparação de investigadores com saídas. Subsiste sim, por mais declarações que se façam, o problema do perfil da Faculdade, a comparar com o das Escolas congéneres de Lisboa e de Coimbra. Hoje temos um perfil vazado, apressada e demagogicamente, no de uma universidade jovem, senhora de uma orgânica completamente diferente da nossa. A resposta encontrada venceu o imobilismo para ir ao encontro da concorrência, mas ainda não convenceu no campo da qualidade da concepção - mera cópia - e da felicidade da escolha.

Aliás, esta questão da qualidade e da inventiva precisa de ser ajustada e acompanhada, dia a dia, sem facilidades, em mestrados, doutoramentos e exames, se e onde essas facilidades existem.

* Professor Catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

** Intervenção proferida na Abertura Solene do ano lectivo 1999/2000.

As melhorias, empenho de estudantes e professores, nunca se resolverão com inspecções externas, chamadas avaliações, a cargo de doutos colegas, inclusivé estrangeiros.

Sobre estes últimos digo que regressam aos seus países de origem sem quererem para si o modelo português e daí que não haja convites de contrapartida. Quanto aos nacionais, ficam a saber o que sabiam e, decerto, mais esclarecidos sobre a realidade observada.¹

Aos da casa, a todos nós, impõe-se uma reflexão sobre o que se está a fazer, sem cuidar de popularidades. São poucos os estudantes que perdoam a quem não os ensina capazmente. O facto avulta na vida real, quando eles preparam os seus trabalhos e descobrem que as notas, de que se ufanam ou lamentam, de nada valem. A este respeito, veja-se o valor atribuído às classificações universitárias nas exigências para acesso a organismos autónomos, mesmo quando são dirigidos por professores universitários ou ex-docentes.

Questão essencial nos vários graus de ensino que funcionam desarticulados, mas garantem o trânsito de uns para os outros a caminho da vida, já não está em apregoar reformas. O nó da situação, deriva da necessidade de cada um assumir as suas responsabilidades, não sem convencer os outros de que as facilidades, o chamado facilitismo, acaba por burlar quem tem de competir em capacidade com colegas das nações europeias.

Há muitos anos, um professor respeitado da antiga Faculdade de Letras do Porto, que ganhou fama na Universidade de Lisboa, para onde logrou mudar depois do estranho fecho daquela, disse-me:

Ante as críticas que despontavam quando essa Escola surgiu da parte dos mais velhos, eu e os meus colegas respondemos com trabalho, muito trabalho, ensinando e investigando. O mesmo sucedeu a alunos que, em regra, não esqueceram a Faculdade e, por isso, não a deixaram ficar mal. Não reproduzo palavras literalmente, mas o que a mensagem encerrava de importante.

Felizmente ao longo dos anos posteriores à restauração, em 1961, por força das leis do tempo, da duração, das pessoas, algo parecido aqui veio a suceder.

Só que o mundo de hoje caracteriza-se pela mudança e é tão necessário aprender, como ser capaz de actualização permanente. Daí que a Universidade, além de propor métodos, tenha de ensinar a estudar para dar resposta às mudanças e, sobretudo, para incutir atracção pelo que significa melhorar, mesmo quebrando hábitos, rotinas. Do mesmo modo, há que encarar o desejo de novas tarefas, a opção por carreiras diferentes das tradicionais. Algumas carreiras estão por agora, talvez só por agora, tapadas. Urge superar a convicção de que Letras se destina ao ensino. A Faculdade não pode ser uma Escola do Magistério Superior, quando é certo que os próprios alunos, além de professores, têm sido gestores, bibliotecários, arquivistas, socio-psicólogos na respectiva escola e alhures. De resto, nas várias áreas, nunca profissionais especializados poderão exercer capazmente as suas tarefas se não o fizerem a pensar na especificidade dos respectivos interlocutores, no teor das áreas que escolheram. Tal facto acontece quando se prepara uma aula, uma linha de pesquisa ou quando se faz o *thesaurus* para um computador, um breviário de palavras na indexação ou o índice aprofundado de um livro. No entanto, quanta coisa inútil, cara, desajustada anda por aí ou porque é vaga ou porque é miudinha ou porque se assemelha a modelos da estranja.

E já que falamos de problemas, não é válido dar notas fora de tempo, fugir à dificuldade já de classificar testes e trabalhos, já de fixar classificações *preso a deletérios efeitos simpáticos*.

¹ Em 2000/2001 presidi à Comissão de Avaliação Externa das Licenciaturas em História das Universidades portuguesas públicas e privadas. Em 2001 fui convidado para integrar o Visiting Committee da Universidade Michel de Montaigne (Bordéus III), universidade de que sou doutor honoris causa (1975).

Também o chumbo, ou a passagem em função de exigências estatísticas, funciona contra alunos e professores. Estes devem saber explicar, devem conhecer os deveres do seu múnus e ter presente a natureza dos discentes com que têm de lidar, aos quais se atribuirá a classificação, em rigor, merecida.

Menos, ainda, convém esquecer a necessidade de ser claro, mesmo quando se trata de questões difíceis. A linguagem complexa pode funcionar como um artifício, para disfarçar penúrias. Quero crer que todos estão cientes do que acabo de dizer e gostaria de ter a certeza de que assim sucede.

No corpo docente e discente faltar por faltar, além de mau hábito, leva à ociosidade. Ora, com franqueza, não há nada mais aborrecido do que o imobilismo. Faltar por acumulação de tarefas invariavelmente concorrentes também não pode acontecer. Têm de faltar os estudantes que trabalham ou estão doentes, os professores a quem incumbem funções de aconselhamento, mando e jurisdição absorventes e desajustadas a simples burocratas. Trata-se de serviços à comunidade, à expansão do magistério e da pesquisa, legalmente estatuídos, que não dependem de qualquer funcionário ou de qualquer incompetente disponível. Por outro lado, há tarefas relevantes que incumbem muito justamente aos funcionários, não se justificando o envolvimento de docentes em labutas que pedem outra preparação. Mas há quem prefira a torre de marfim e na torre de marfim se escuse a toda a espécie de funções adicionais para preguiçar à sombra de investigações e invenções, as quais, às vezes, pouco se vêem ou nunca aparecem, mesmo se pagas e acarinhadas por lisboetas amigos e pseudo-servidores do Estado. Salvo excepções, mesmo se há trabalho, esse trabalho não dispensa a assumpção de funções que a todos interessam, nem tão pouco a perda de tempo com problemas de outro foro.

Dir-se-á que os ensimesmados ficam sem moral para criticar. A verdade é que se foge ao dever e a crítica não pára. Ainda se daí algo resultasse a posição seria pertinente. Resta saber se ganha a crítica pela crítica.

Quando se critica com razão, maldizer pode convidar a escarnecer. Usar números e gráficos para provar e elogiar o que não é susceptível de prova convida ao desprezo. Por exemplo, comparar um exercício universitário de quatro anos com idêntica tarefa ao longo de catorze anos, com competências e em condições completamente diferentes em numerosas variáveis, constitui um engano para quem quer ser enganado e um desvio injustificável na Universidade, lugar de observação rigorosa e de livre exame estatutariamente apurado. Mas, como escreve Peter, as universidades “têm todas as competências, mesmo incompetência”.

Também não se pode exigir a quem é obrigado a cumprir com dignidade indispensável tarefas extra-escolares que faça aquilo que executam os que circunscrevem o seu exercício a uma tarefa única, especializada e nem por isso de menor valia, diga-se.

Estas considerações, pessoais, genéricas, relativas a um mundo plurilocalizado geograficamente, e não directamente a gentes desta casa, servem de abertura à questão da história geral da Faculdade, cujo urdimento urge, entrozando nos contributos disponíveis. Trata-se de uma tarefa difícil, cara ao Conselho Directivo.

O que eu sei sobre a matéria resulta da prolongada convivência com livros e especialistas, quer na feitura de uma história das universidades na Europa (com várias edições), quando tive a responsabilidade desse projecto no “Bureau” da Conferência de Reitores Europeus (CRE), quer do que aprendi com os colegas portugueses, dirigindo a *História da Universidade em Portugal*, da qual está publicado o 1º volume em dois tomos e prestes a entrar na tipografia o 2º volume, que atinge o princípio do século XX.

Em primeiro lugar, a história desta, como de outra qualquer faculdade, beneficia da organização dos arquivos da Universidade do Porto, levada a cabo no âmbito de um projecto conduzido por professores e assistentes da Faculdade de Letras e lucrará se a nossa biblioteca possuir livros e artigos de referência que todos os anos se publicam.

O trabalho a elaborar será melhor ou pior conforme o grau de conhecimento, não só da biblioteca primitiva da Faculdade, mas também do que se vai apurando à cerca das livrarias próprias dos seus professores e, bem assim, dos livros de estudo e reflexão de velhos alunos, com o hábito de datar e anotar os seus volumes pessoais. Dificuldade maior resulta se se pretende conhecer apontamentos ou então os volumes requisitados na biblioteca da Escola e, mais ainda, na Biblioteca Pública Municipal do Porto, verdadeiro templo do conhecimento, da reflexão e da pesquisa de estudantes que se tornaram escritores. Na verdade, essa biblioteca supriu o que não havia na Faculdade e forneceu o que só aí existia e existe. Para tornar mais rigorosa a pesquisa, espero que, pelo menos nas épocas recentes, os comprovantes de requisições das bibliotecas tenham sido guardados.

Só que as exigências metodológicas adequadas envolvem, a par de uma criteriosa história institucional, onde figurem datas e eventos, lista de cursos e cadeiras, programas, nomes de pessoas e de centros de investigação, elencos de publicações e de avanços científicos, um elucidativo arrumo das temáticas, conforme regras próprias, perfilhado com brio, por um grupo de redactores e investigadores.

Para começar, referindo os modelos europeus em que se filia, interessa situar a Faculdade nas épocas em que floresceu, a saber, nos finais da 1ª República e princípios da ditadura militar; depois no salazarismo tardio; durante a revolução de Abril e o regime democrático. Este terceiro período está demasiado próximo e directamente ligado a muito do que hoje acontece.

Questão vital, a tratar num eventual capítulo segundo, diz respeito às condições materiais de funcionamento. Em que espaços funcionou ou funciona a Faculdade? Quais as vantagens e as desvantagens das soluções de compromisso e das opções duráveis. Quanto a soluções duráveis elas estão à vista na sua grandeza e limites nesta primeira casa própria, ao longo dos anos reinvidicada pela Faculdade. Mas tem de se nomear o casarão da Quinta da Amarela (a Oliveira Monteiro), estudar o partilhado edifício da Faculdade de Medicina, junto ao Hospital de Santo António, a Casa da Rua das Taipas, o Seminário de Vilar, as edificações do parque Burmester e sempre a Politécnica, isto é, a Faculdade de Ciências, a reitoria primitiva, onde tomaram posse, fizeram doutoramento e prestaram provas os primeiros professores de alguns cursos, no número dos quais figuro.

Difícil no capítulo das condições de funcionamento, são as matérias atinentes às finanças, embricadas nas divisões do orçamento geral do Estado relativo, não só ao ministério da Instrução ou Educação, mas também à distribuição de dinheiros no seio das secções de investigação científica, cujos sucedâneos compõem o actual Ministério da Ciência. E importa não esquecer os dinheiros dos planos de fomento. Demais interessa perguntar: porque razão foram tão exíguas as verbas e como cresceram? Qual o papel tutelar da Reitoria, no dia a dia, antes da autonomia da Faculdade? Quais os Centros e professores favorecidos e quais os resultados reais, em termos de produtividade, patente em livros e revistas? Se se decidir levar os estudos até tempos próximos, a situação torna-se mais complexa quanto às fontes de financiamento. Mas fico por aqui, pois não estou a exaurir interrogações, nem tão pouco a seriá-las; limito-me a dar exemplos.

Noutro capítulo (III), o mundo dos corpos académicos, dos servidores e dos órgãos do governo universitário, nas suas relações como poder político, mostra-se, no seu aparente es-

quematismo quanto a nomes e carreiras, órgãos e competências legais, deveras intrincado se se pretende apreender toda a extensão da realidade e articulá-la com o sugestivo capítulo do quotidiano da academia (IV). Com efeito, os ditames da legislação são amiúde enganadores. Entre o que a lei diz e o que acontece há diferenças maiores do que se julga. Quem foram os professores, qual a sua origem, predicados e tarefas extra-escolares? O mesmo se deve averiguar a respeito da raiz e perfil dos alunos e das várias categorias de funcionários, usando quadros, gráficos, estatísticas, mapas. Vital parece-me determinar, em relação à Faculdade, o papel dos reitores, dos directores gerais, dos ministros e de outros poderes em tempo normal e nas conjunturas de crise ditatorial e revolucionária. Peso específico averbam também alguns docentes e de, uma maneira geral, o clima próprio da Escola nas diversas conjunturas.

A curiosidade a respeito da vida dos estudantes, dos professores e dos funcionários permitirá, nas várias épocas, sugestivas revelações e comparações plenas de interesse.

Os desafios crescem no tocante ao capítulo do saber (V). Não é difícil encontrar o elenco das licenciaturas e o nome das cadeiras em funcionamento. Períodos há em que se conhecem os programas, os livros de ponto, as bibliografias, as predileções intelectuais dos professores, ao lado de informes sobre os seus dotes pedagógicos maiores ou menores, sobre capacidades assumidas ou esconsas em livros e revistas. Independentemente de tudo isto, cumpre averiguar o que se ensinou e como se ensinou, o que foi dito e o que foi concebido, o que é transmissão e o que é criação susceptível de ser apreendida. Também aqui ficamos pelos exemplos, nem outra coisa seria de esperar numa intervenção como esta.

Por outro lado, hoje em dia, a Universidade vale pelo que é, e está constantemente a ser verificado, em termos de inserção e projecção social de professores, alunos e funcionários e não apenas pelo que subscrevem as notabilidades estrangeiras, pagas pelos contribuintes, para pesar os portugueses em inglês, numa Comunidade Europeia que se pretende continental e insular, mas não dependente dos Estados Unidos ou das potências emergentes da Ásia. A projecção social a que me refiro diz respeito ao que utilizam, pensam e valoram os grupos sociais. Daí a situação não ser a que se apregoa em certos feudos, carecidos de espírito crítico, a ponto de se julgar que aí reside a ciência e a sapiência, supostamente invejada por vizinhos e gentes estranhas, facto que, em regra, só se verifica nas mentes de quem sonha. A este propósito inquiri, cingindo-me, por comodidade, à antiga Faculdade de Letras da Universidade do Porto: quais os seus professores e alunos com real irradiação no mundo cultural de então e nas carreiras e cargos públicos assumidos? Por exemplo, além do filósofo Leonardo de Coimbra, fundador e mestre dessa Escola, quem continua a ser lido, editado e estudado em Portugal e além fronteiras, oriundo dos quadros escolares da universidade de então?

Claro, torna-se indispensável cotejar o que aqui se fez em cada especialidade com o que veio a lume nas Escolas congêneres portuguesas. Qual a qualidade universitária, liceal ou outra, das poucas dezenas de alunos que a Faculdade licenciou? Alcançaram projecção durável os livros que docentes e discentes escreveram? Quais os títulos que ainda figuram em bibliografias especializadas? Das obras de antigos professores algumas marcaram gerações, no seu tempo. Estou a lembrar-me da *História dos Descobrimentos*, de Damião Peres, da *História da Arte*, de Aarão de Lacerda, das *Lições de Cultura e Literatura Portuguesa*, de Hernâni Cidade. Na sua especialidade e conforme o método perfilhado, continuam ainda hoje a motivar anuência ou crítica, fatora esta de renovação tal qual os seus autores desejavam quando jovens e infatigáveis professores. Repito, estes casos não são apenas o de pro-

fessores que começaram no Porto e passaram para Lisboa e Coimbra. Impõe-se um estudo de conjunto, antes de tirar ilações válidas sobre a história da antiga Faculdade.

O mesmo tem de acontecer em relação à Faculdade restaurada com objectividade, usando os dados disponíveis.

Outro problema a suscitar, em capítulo (VI) na história da Faculdade, respeita à mobilidade universitária dos professores nacionais e estrangeiros que aqui aportaram, dos que fizeram escala no Porto, dos que estudaram no estrangeiro, enfim, dos que ajudaram a construir a Faculdade, como ainda dos alunos e professores, que se ilustraram ou ilustram noutras escolas.

Um trabalho desta natureza, nos segmentos enunciados, envolve uma análise multidisciplinar e um amplo trabalho de grupo, com contributos pedidos ou oferecidos de professores das várias especialidades no que concerne à antiga Faculdade, oriundos ou não da casa. Igual valor resultará dos informes e das avaliações de docentes, estudantes e funcionários, conforme a sua competência, das actuais disciplinas de Línguas e Literaturas, História, Arte, Arqueologia, Filosofia, Psicologia, Geografia, Sociologia da Faculdade restaurada. Existem aspectos que o historiador deve sintetizar e inserir no discurso historiográfico a partir de tais contributos. Alguns merecerão análise por parte de especialistas, doutras especialidades, no intuito de melhor compreender, graças à interdisciplinaridade.

O que acabamos de dizer, configura um plano possível e um tema para discussão.

Essencial, como dissemos nesta intervenção, será não manipular os dados, certos de que lhes dirigimos perguntas do nosso tempo e outrossim aspiramos ao conhecimento científico do passado, um conhecimento decerto marcado pela nossa circunstância, pela nossa subjectividade, razão do ser que na existência construímos e de um futuro a gizar com a nossa participação.